

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA – CMTMU (GESTÃO 2019/2021)
REALIZADA POR VÍDEO CONFERÊNCIA.

Pauta: Contribuições dos Conselheiros para o PPA 2022/2025.

Aos 15 dias do mês de julho de 2021, às 09:17min, por meio de Vídeo Conferência, reuniram-se EXTRAORDINARIAMENTE os membros do Conselho Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana – CMTMU. Com a presença: **1)** WALTER PEDRO DA SILVA e DALIANA BANDEIRA LUZ MONTEIRO SANTOS (STTU); **2)** NILSON SOARES DE QUEIROGA (SETURN); **3)** JOSÉ ANÍBAL MESQUITA BARBALHO (FECOMÉRCIO); **4)** ANDRÉ ROGÉRIO GOMES DE ARRUDA (CMI); **5)** VANTUIL JOSÉ CARVALHO DE OLIVEIRA (FECNAT); **6)** MARIA EDILEUZA DE QUEIROZ (TRANSCOOP); **7)** GABRIEL TOSELLI BARBOSA TABOSA DO EGITO; **8)** MARIA NINA SALUSTINO DE FARIA (SEL); **9)** ANANIAS MAFALDO NETO (PGM); **10)** RONALDO TAVARES DA SILVA (COMUDE); **11)** ISAAC CEZAR MACIEL DE ARAÚJO NUNES (SEMTAS); **12)** FABIANO FERREIRA GÓIS (SITOPARN); **13)** JOSENILDO BARBOSA DE LIRA (SEMSUR); **14)** HARLEY DAVIDSON DE ANDRADE AMARAL (SINTRO) e; **15)** LUIZ HENRIQUE DE SOUZA DANTAS (COOPTEN). CONVIDADOS: CLEDILSON FILHO (SEMPA) e MARIELLY CHRISTIANE REGO (STTU). A reunião foi conduzida pelo Conselheiro Suplente – Senhor WALTER PEDRO DA SILVA, após verificação do quórum, explicou que a pauta trata de debate e recebimento das contribuições dos Conselheiros para o PPA 2022/2025. Ato contínuo o Conselheiro RONALDO TAVARES (COMUDE) solicitou que o horário das reuniões seja retomado para às 09:00. WALTER PEDRO lembrou que todos os Conselheiros receberam a documentação enviada anteriormente, para leitura e contribuições. Ato contínuo ressaltou que nesta reunião serão recebidas apenas as contribuições inerentes a mobilidade urbana para o PPA 2022/2025 e convidou a Técnica da STTU – MARIELLY CHRISTIANE REGO para proceder a apresentação, a qual explanou que, “O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública organizado em programas, estruturado em ações, que resultem em bens e serviços para a população. O PPA tem duração de quatro anos, começando no início do segundo ano do mandato

do chefe do poder executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor, de modo que haja continuidade do processo de planejamento. Nele constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, públicos-alvo, produtos a serem entregues à sociedade, etc.” (A apresentação na íntegra fará parte integrante desta ata, independente de transcrição). Continuando, elencou as propostas de ações da STTU para o PPA 2022/2025 quais sejam: *GARANTIA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA PARA MOBILIDADE URBANA; FORTALECIMENTO DA CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA RÁDIO NATAL; APERFEIÇOAMENTO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO; FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA; REQUALIFICAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS; IMPLANTAÇÃO DE PLANO CICLOVIÁRIO; REESTRUTURAÇÃO DE ÓRGÃO GESTOR; FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO DE SUPORTE E APOIO OPERACIONAL DE MOBILIDADE URBANA; INOVAÇÃO E TECNOLOGIA PARA CIDADES INTELIGENTES E MOBILIDADE EFICIENTE; FORTALECIMENTO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO; FORTALECIMENTO DE AÇÕES DE OPERAÇÃO E CONTROLE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO e o FORTALECIMENTO DO PROGRAMA NATAL + VIDA.* Ato contínuo, Walter Pedro explicou que as contribuições deverão ser feitas e entregues por escrito a Secretaria do CMTMU até o dia 19 de julho de 2021 para posterior encaminhamento à SEMPLA.

DEBATE/QUESTIONAMENTOS/CONTRIBUIÇÕES: 1) RONALDO TAVARES (COMUDE)

cumprimentou o Conselheiro ANÍBAL BARBALHO extensivo aos demais Conselheiros. Ato contínuo fez o seguinte pronunciamento: *“Me deterei apenas ao que tange a acessibilidade dentro da mobilidade para a pessoa com deficiência do Natal, acessibilidade essa que é diminuta, quase nenhuma, se observarmos que temos pouquíssimas botoeiras em Natal ou semáforos que as botoeiras vivem mais quebradas que funcionando. Temos feito este alerta, mas não se trata apenas disso. As calçadas foram bem elencadas pela expositora, mas temos também o desrespeito flagrante às vagas de estacionamentos para as pessoas com deficiências nos mais diversos pontos de Natal. Entendemos que a fiscalização é inexistente por falta de contingente, temos que refletir dentro dessa realidade. Não podemos deixar de frisar a obstrução do passeio público, não somente com os carros nas calçadas, mas com outros entulhos que em muito deixam a pessoa com deficiência atônita para se locomover numa Cidade que a primeira Lei de Acessibilidade no Brasil é a 4.090/92. A maior contribuição que se pode dar é que na hora do PPA se observe a Norma 9050 da ABNT. O Decreto Federal 5296/2004 que regulamenta Lei 1098 e 1048, essas leis disciplinam toda política de acessibilidade, inclusive, indo até a quebra de barreiras na comunicação. Acessibilidade é algo transcendental nós temos um transporte que a única coisa que tem é um bip para a pessoa com deficiência ultrapassar a roleta, nós não temos um programa com sintetizador de voz, isso está sim, dentro da mobilidade, como é que uma pessoa que não enxerga nada vai se locomover dentro de uma cidade, se ela não tem como tomar um ônibus sozinha, por falta de um aparato que é custo zero, basta se implantar um parla voz, e só depende muito*

da vontade política da Secretaria. Esse grito de liberdade vem de há muito. Estou no Conselho que foi criado em 1999 pela Lei Complementar 020, depois regulamentado pela Lei 141, 108 e tantas outras reformando Decreto e não vejo mudanças substanciais, não sou de desistir, mas tem horas que a nossa voz, parece uma voz num deserto e aqui não nos compete apontar culpados, sabemos que a gestão pública é assim mesmo ela muitas vezes faz o que faz e a gente às vezes entende que está feito para não se indispor, mas eu sonho com uma cidade que seja realmente o símbolo e o discurso do seu povo, que tenha menos acidentes de trânsito com um trânsito mais humanizado que se contemple de forma universal e assim todos estarão inseridos no processo de forma que no epílogo de minhas palavras, no crepúsculo finalizado, quero solicitar mesmo, penhoradamente, que esse PPA sirva de alguma coisa, não seja apenas um esboço, um modelo, mas que possa refletir na sociedade onde tenhamos um transporte inclusivo, com modernidade, acessível para todos, o passeio público desobstruído para ciclistas, motociclistas, para todos, acha relevante essa discussão, mas ficaria muito triste daqui há dois, três quatro anos a gente continuar aqui falando das mesmas demandas que o poder público tem pleno conhecimento de todas que foram elencadas. Ressalte-se que observe-se a Lei nº 13.146/2015 que trata da inclusão da pessoa com deficiências, onde determina que as cidades quando forem instalar semáforos devem ser acompanhados de botoeiras, porque nem sempre nós vamos contar com uma pessoa de visão para nos ajudar a atravessar as ruas, pois só quem sabe o que é ter uma limitação, seja sensorial, visual, aqueles que tem, aos que não conseguem compreender sugiro que seja feito um teste de um dia andarem de cadeira de rodas, utilizarem uma bengala colocando uma venda nos olhos. Prosseguindo, ressaltou que o CMTMU é um órgão de caráter consultivo e não deliberativo, embora conste no Decreto 10.645/2015. **2) VANTUIL DE OLIVEIRA (FECNAT)**, solicitou esclarecimentos a expositora Marielly Rego, acerca das propostas referentes a ampliação e manutenção das faixas de pedestres; sobre a sinalização para pessoas com deficiências em abrigos de passageiros e quanto a fiscalização do uso indevido do passeio público. Ato contínuo, Marielly Rego explicou que as faixas de pedestres já estão contempladas na proposta. Quanto a sinalização para deficientes nos abrigos de passageiros atualmente existe nos Projetos da STTU, além dos totens que serão instalados. Ato contínuo sugeriu ao Conselheiro Vantuil de Oliveira que faça a proposta por escrito. **VANTUIL DE OLIVEIRA (FECNAT)** ressaltou a importância de se enfatizar a manutenção da sinalização. Com relação a sinalização para pessoas com deficiências é importante se pensar na proposta de sinalização em libras. Que a STTU possa ter uma assessoria nesse sentido. Por fim, em referência a fiscalização dos passeios públicos. Continuando, WALTER PEDRO informou, o que acharem que deve acrescentar ou o que passou imperceptível, os Conselheiros enviem por escrito. **3) GABRIEL EGITO (ACIRN)** solicitou esclarecimentos se cabe proposta de uma

obra específica, a exemplo a inclusão do plano cicloviário via Airton Sena. Marielly Rego respondeu que o objetivo é sobre metas genéricas, abrangente para que se enquadrar em diversas situações, pois o orçamento é para os fins especificados. WALTER PEDRO alertou que a Técnica da STTU irá sistematizar as contribuições, adequando as exigências do PPA. Marielly Rego esclareceu que as sugestões serão inseridas no PPA como prioridade e não como algo específico, pois não pode fechar muito o objeto. **VANTUIL DE OLIVEIRA (FECNAT)** ressaltou que entende que é preciso deixar o documento de forma genérica mas pode ser colocado por exemplo, manutenção de um número de faixas de pedestres, dentre outros, especificando um quantitativo. Por fim, falou que fará suas sugestões por escrito. WALTER PEDRO explicou que dentro da infraestrutura das ações já contempla a descrição do que será realizado. A cada ano será destrinchado o que vai ser executado. **GABRIEL DO EGITO (ACIRN)** sugeriu o desenvolvimento de um aplicativo para auxiliar a fiscalização de calçadas, ciclovias, dentre outros com fotos e vídeos. WALTER PEDRO lembrou aos Conselheiros que apresentem suas contribuições por escrito. O Conselheiro **ANANIAS MAFALDO** informou que enviará suas sugestões posteriormente. Ato contínuo o Presidente da sessão - WALTER PEDRO DA SILVA (STTU) reafirmou que as sugestões deverão ser encaminhadas até o dia 19 de julho de 2021, agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião às 11:05min. Nada mais havendo a ser tratado, eu Severina Soares Neta Carneiro _____secretariei e lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será publicada no site www.natal.rn.gov.br/sttu. A presente reunião foi transmitida ao vivo pela WebRádio 156Natal.

Natal, 15 de julho de 2021.